



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### **POLÍTICA EDITORIAL DA REVISTA *O MINISTÉRIO PÚBLICO E O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - 2019***

#### **1. Linha editorial**

1.1 A revista *O Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial* constitui publicação editada pelo CNMP bianualmente e tem como objetivos: (i) divulgar os dados relativos ao controle externo da atividade policial colhidos por Promotores de Justiça e Procuradores da República por ocasião das regulares inspeções aos órgãos policiais; (ii) fomentar a reflexão crítica e a proposição de ações e práticas dirigidas ao aprimoramento do controle externo da atividade policial; e (iii) conclamar o Ministério Público brasileiro e todas as demais instituições que compõem o Sistema de Justiça nacional a otimizar o manejo dos mecanismos legais, judiciais e administrativos disponíveis, para a superação da difícil realidade da segurança pública no País.

#### **2. Regras para submissão**

2.1 Os artigos devem ser gravados nos formatos DOC, DOCX, RTF ou ODT e remetidos por correio eletrônico para o endereço [csp@cnmp.mp.br](mailto:csp@cnmp.mp.br). Os trabalhos submetidos devem ser inéditos, não tendo sido objeto de publicação anterior, de divulgação por qualquer meio e nem mesmo estar pendentes de avaliação por outro periódico.

2.2 O autor do artigo deve preencher formulário no qual constarão os seus dados completos, seu endereço físico e eletrônico, a unidade ministerial a que pertence, o cargo que ocupa, sua titulação acadêmica e a linha de pesquisa adotada no artigo. O formulário deve ser anexado à mensagem dirigida à CSP.

2.3 O autor do trabalho deve anexar o artigo à mensagem endereçada à CSP, arquivo esse que não deve trazer qualquer identificação.

2.4 Os trabalhos devem ter entre 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) páginas. Os parágrafos devem ser justificados. Não devem ser usados recuos, deslocamentos, nem espaçamentos antes ou depois.

2.5 O texto deve empregar fonte *Times New Roman*, corpo 12. Os parágrafos devem ter

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

entrelinha 1,5; as margens superior e inferior 2,0 cm e as laterais 3,0 cm. O formato do papel deve ser A4.

2.6 Os artigos deverão conter itens específicos para introdução, conclusão e referências bibliográficas.

2.7 Deverá ser indicado e-mail para contato junto à qualificação do autor.

2.8 O resumo deverá ter até 200 (duzentas) palavras, apresentando seus objetivos, problema(s), justificativa, metodologia e hipótese(s).

2.9 A numeração do sumário deverá sempre ser feita em arábico. É vedada a numeração dos itens em algarismos romanos. No Sumário deverão constar os itens com até três dígitos. Exemplo: Sumário: 1. Introdução. 2. Responsabilidade civil ambiental: legislação: 2.1 Normas clássicas; 2.2 Inovações: 2.2.1 Dano ecológico; 2.2.2 Responsabilidade civil objetiva. Considerações finais. Referências bibliográficas.

2.10 As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com a NBR 6023/2002 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

2.11 As referências deverão ser feitas em notas de rodapé ao final de cada página.

2.12 A bibliografia consultada deverá ser referenciada ao final do trabalho, devendo conter somente os textos citados no artigo. Seguem orientações sobre o formato:

• **Livro:** SOBRENOME DO AUTOR DA OBRA, Prenomes. *Título da obra: subtítulo.*

Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Exemplo:

SILVA, Maria. *Sistema prisional e gênero*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

• **Capítulo de livro:** SOBRENOME DO AUTOR(A) DO CAPÍTULO, Prenomes. “Título do capítulo: subtítulo”. In: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DA OBRA, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.

BORGES, Antônio César. “Cárcere e saúde”. In: SOUZA, Ana; MATTOS, César (Orgs.). *Sistema prisional brasileiro*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 43-55.

• **Artigo de periódico:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO ARTIGO, Prenomes. “Título do artigo: subtítulo”. Título do Periódico, cidade, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano. Exemplo:

ALVES, Paulo. “Uma visão sobre o sistema prisional brasileiro”. Revista de Estudos Criminológicos, Brasília, v. 13, n. 159, p. 237-242, maio/ago. 2014.

• **Dissertações e Teses:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (Grau e Área de Concentração) – Instituição, cidade, estado, país. Exemplo:

CARRASCO, Tristan. Luz no cárcere. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

• **Trabalhos apresentados em eventos científicos:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO TRABALHO, Prenomes. “Título do trabalho”. In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento, instituição patrocinadora do evento. Anais (ou Proceedings ou Resumos). Local de publicação: Editora, Ano de publicação. Páginas inicial e final do trabalho. Exemplo:

MUNIZ, Carla. “Os desafios do sistema carcerário” In: SEMINÁRIO DE EXECUÇÃO PENAL, 1., 2017, Rio de Janeiro, ALERJ. Anais... Rio de Janeiro: ALERJ/Comissão Especial dos Direitos Humanos, 2017. p. 26-29.

• **Publicação em meios eletrônicos.** Exemplo:

FREITAS, Anastácio; LUZ, Rogéria. “O fenômeno da prisionização\*”. Cad. Pagu [online]. Campinas, 2017, n.49, e174908. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000100304&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100304&lng=pt&nrm=iso)>. Epub 13/03/2017. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490008>. Acesso el 09/10/2017.

2.13 Qualquer destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico. Citações diretas de outros autores devem ser feitas entre aspas, sem o uso de itálico ou recuos, a não ser que o próprio original tenha destaque, o que deverá ser informado ("destaque do original").

2.14 As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações de sites de internet deve-se indicar o link e a data de acesso.

### **3. Processo de avaliação**

3.1 Recebido o artigo, a Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública realizará avaliação preliminar restrita aos aspectos formais abaixo elencados e que condicionará seu envio para o *Double Blind Review*. São requisitos formais para a avaliação preliminar:

3.1.1 O trabalho obedece às normas de publicação?

3.1.2 O trabalho é compatível com a linha editorial do periódico?

3.1.3 O trabalho apresenta linguagem adequada e científica, sem erros excessivos?

3.1.4 O trabalho é inédito?

3.2 Em caso de rejeição preliminar, o autor será notificado, podendo solicitar o parecer emitido com os motivos da recusa. Em tal situação, o artigo poderá ser submetido novamente à avaliação para volume posterior, se mantido o ineditismo e corrigidas as deficiências indicadas.

3.3 Após o controle preliminar pela CSP, o trabalho terá suprimidos todos os elementos que possibilitem a identificação de seu autor e será remetido à análise de dois pareceristas anônimos, membros da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, para avaliação qualitativa de sua forma e conteúdo, seguindo o sistema de *Double Blind Review* e atendendo aos seguintes critérios:

3.3.1 Preenchimento das normas técnicas para publicação;

3.3.2 Pertinência temática com as linhas de pesquisa indicadas no Edital;

3.3.3 Elevada qualidade técnica; e

3.3.4 Relevância prática e teórica.

3.4 Na hipótese dos dois pareceres serem discordantes sobre a publicação do trabalho, o artigo será encaminhado a um terceiro parecerista.

3.5 Na avaliação do parecerista, os trabalhos poderão ser rejeitados, aprovados ou aprovados com ressalvas (com sugestões para correções necessárias). Nesta última hipótese, o autor será notificado acerca das correções sugeridas, podendo, no prazo assinalado pela Comissão, corrigi-las ou manter justificadamente seu formato original.

3.6 Em qualquer situação, a decisão final acerca da publicação do trabalho é dos membros da CSP.